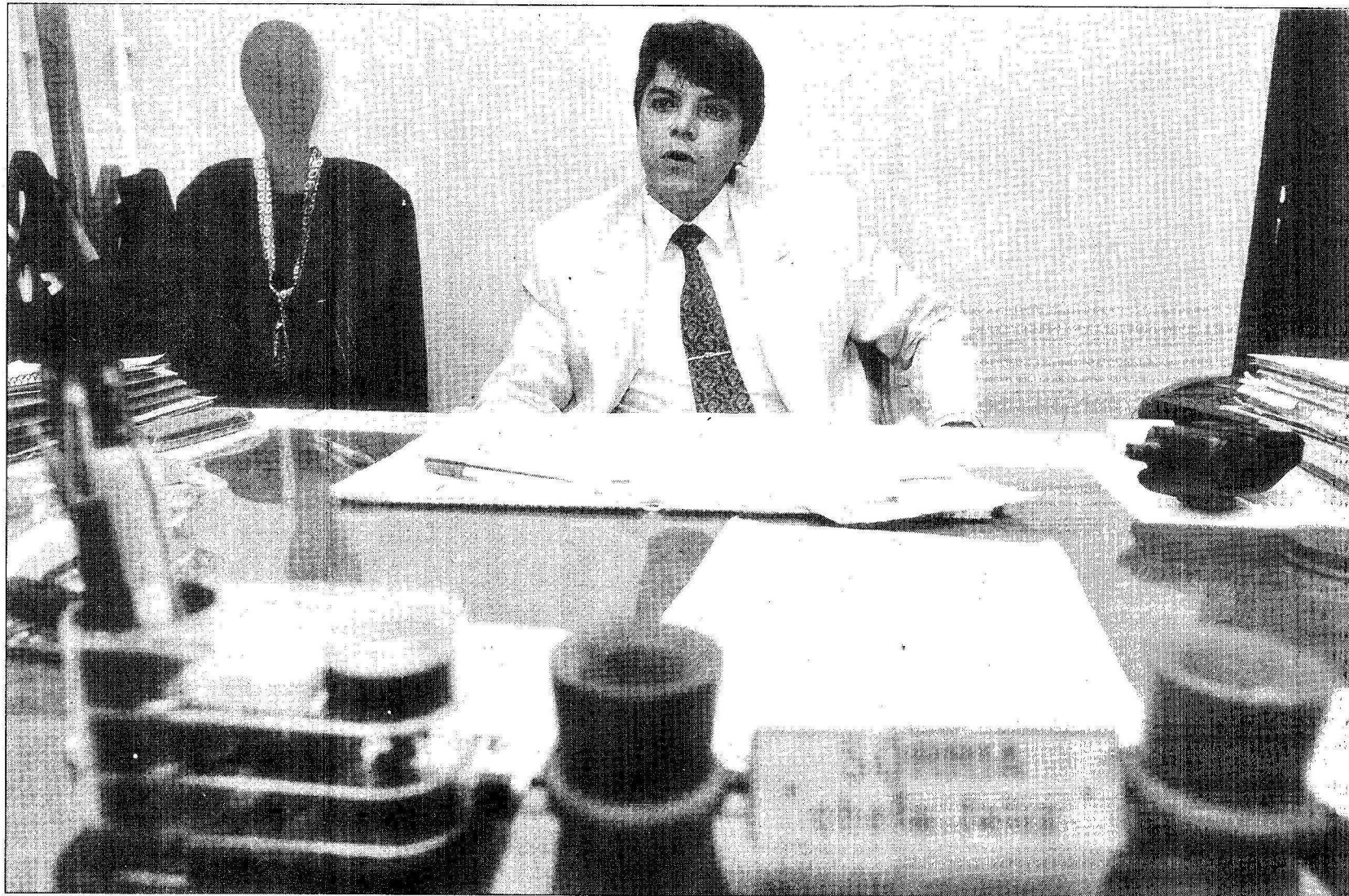


Policiais acusam GDF de irresponsabilidade

Zuleika de Souza



Celso Ferro Júnior, acusado de torturar Benjamin de Jesus, diz que o preso depôs ao lado do advogado e não denunciou nenhum tipo de violência

Para delegado envolvido, será o fim da DRF

“A Delegacia de Roubos e Furtos acabou. Nenhum policial terá coragem de prender mais ninguém”.

O epitáfio foi pronunciado ontem pelo delegado Celso Moreira Ferro Júnior, 35 anos, acusado de comandar oito agentes de polícia em uma sessão de tortura contra o preso Benjamin de Jesus.

O delegado e os agentes correm o risco de ser demitidos.

Celso contou ontem pela primeira vez sua versão do que ocorreu na noite do dia 22 de agosto do ano pas-

sado, na DRF.

No final da tarde desse dia, Benjamin foi preso no centro de Taguatinga, com um quilo de cocaína em um Fiat roubado.

Ele foi levado para a delegacia e, no dia seguinte, um laudo do Instituto Médico Legal constatou ferimentos compatíveis com os provocados por um pau-de-arara e por choques elétricos na região genital.

Versão — “Não houve nada disso, ele foi interrogado normalmente, sem agressão, mentiu e só consegui-

mos encontrar o resto da cocaína (dois quilos) graças a um informante”, afirma o delegado.

Celso, casado e pai de três filhos — de 8, 6 e 4 anos — tem em seu currículo vários elogios funcionais.

Ele comandou, por exemplo, as investigações que levaram à prisão, em Redenção-PA, do chefe de uma quadrilha que matou oito caminhoneiros em Brasília no ano passado.

O mesmos policiais elucidaram o assassinato do empresário Mauro Paranhos, em abril do ano passado.

Depois que a tortura sofrida por Benjamin — traficante em liberdade condicional, conhecido como o *Rei do Eritrós* — se tornou pública, peritos do IML se sentiram ameaçados.

“Então, porque não fizeram uma representação criminal?”, pergunta o delegado.

Benjamin, na manhã do dia seguinte, prestou depoimento acompanhado de seu advogado, Ironi Pereira. “Em nenhum momento ele disse ter sido torturado”, conta Celso.

Anamaria Rossi
Da equipe do Correio

A conclusão da Comissão Especial de Sindicância do Governo do Distrito Federal (GDF) de que o traficante Benjamin de Jesus foi torturado na Delegacia de Roubos e Furtos (DRF) era a farsa que faltava para acender a guerra entre os policiais civis e o GDF.

O Sindicato dos Policiais Civis (Sinpol) reagiu às críticas do governador Cristovam Buarque acusando o GDF de estar sendo sensacionalista e irresponsável na apuração dos fatos.

O Sinpol questiona a validade e a seriedade da sindicância, “que dá amplo direito de defesa a um traficante e condena policiais ainda não julgados”, segundo o diretor Wagner Barroso.

“O governo se propõe a fazer um mero levantamento de dados e no final enquadrar criminalmente policiais que estão sendo investigados”, completou.

Político — Outro diretor do sindicato, Marcos Bittencourt acredita que a comissão teve caráter político, e não investigatório. “O governador levou para o Buriti o que já estava sendo apurado na Corregedoria da Polícia Civil”, comentou.

A diretoria do Sinpol condena a for-

ma como foi feita a sindicância, sem a participação da entidade — os advogados do Sinpol afirmam não ter tido acesso às informações —, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa.

Bittencourt aponta o depoimento do ex-agente Cláudio José Santos — expulso da Polícia Civil em 1990 por ter favorecido a fuga de Benjamin de Jesus — como um exemplo da falta de seriedade.

Em seu depoimento, Cláudio Santos disse ter presenciado várias sessões de maus tratos a presos.

O Sinpol acredita que o GDF divulgou o relatório sigiloso para executar publicamente os acusados.

“A sindicância sobre o caso gambiarra nunca foi divulgada. Alguns petistas eles protegem”, declarou o diretor Felipe Daher.

Petistas — Os cinco petistas da diretoria do Sinpol encaminharão nos próximos dias à direção do PT local um documento intitulado *A quem interessa acabar com a inserção do PT na base da Polícia Civil?*.

O documento pretende ser uma resposta às críticas que Cristovam tem feito a “sindicalistas petistas” da polícia. “Ele tem que saber que fomos nós que garantimos a sua base de votação na corporação”, disse Bittencourt.

Serra desconhece relatório

O secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, general Gilberto Serra, disse ontem à tarde que ainda não havia recebido “oficialmente” o relatório da Comissão de Sindicância, que aponta a ocorrência de tortura na Delegacia de Roubos e Furtos (DRF).

“Fui eu que ordenei a abertura do inquérito na Corregedoria da Polícia Civil, mas sobre a sindicância eu ainda não fui informado”, disse, orientando a reportagem para que procurasse o gabinete do governador ou a Consultoria Jurídica do GDF.

Serra se referia ao fato de a sindicância ter sido feita por uma comissão especial criada pelo governador e não por quadros de sua pasta.

Se a Secretaria de Segurança

ainda não recebeu o relatório, significa que o processo disciplinar administrativo contra os envolvidos ainda não foi instaurado.

Na Corregedoria, o inquérito 043/95 está em fase final de conclusão. Além do traficante Benjamin de Jesus, já foram ouvidos todos os policiais envolvidos, os peritos do IML que atestaram a tortura e as principais testemunhas do caso.

O inquérito está sendo acompanhado por três procuradores do Ministério Público e será encaminhado à Justiça no dia 5 de fevereiro.

A diferença entre a sindicância e o inquérito é que a primeira deve se limitar à apuração das falhas disciplinares e administrativas, enquanto o segundo apura a prática de crime.